



# CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2026.

**Institui Estabelece diretrizes para a simplificação do licenciamento municipal de estações de recarga de veículos elétricos (eletropostos) e dá outras providências.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece diretrizes gerais para a simplificação do licenciamento municipal aplicável à instalação e ao funcionamento de estações de recarga de veículos elétricos, denominadas eletropostos, no âmbito do Município de Sorocaba.

Art. 2º Para fins desta Lei, considera-se:

I – Eletroposto: conjunto de infraestrutura e equipamentos destinados à recarga de veículos elétricos e híbridos plug-in, incluindo, quando houver, obras civis, instalações elétricas, sinalização e elementos de segurança;

II – Licenciamento simplificado: modalidade de tramitação administrativa municipal destinada a empreendimentos de menor complexidade, com requisitos objetivos e rito mais célere, definidos em regulamento.

Art. 3º O licenciamento simplificado de eletropostos observará, no mínimo, as seguintes diretrizes:





# CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

I – Segurança das instalações e proteção de usuários, trabalhadores e do entorno urbano;

II – Compatibilidade urbanística, edificação e de posturas, inclusive quanto à acessibilidade, circulação, impactos locais e uso do solo;

III – Desburocratização, com preferência por meios digitais e eliminação de exigências meramente formais;

IV – Responsabilização do interessado e do responsável técnico, com verificação documental por checklist e possibilidade de fiscalização posterior;

V – Transparência e rastreabilidade dos atos e documentos do processo administrativo;

VI – Não interferência na regulação setorial de energia elétrica, cabendo ao Município disciplinar apenas os aspectos urbanísticos, edícios, de segurança e de interesse local.

Art. 4º O Poder Executivo, por regulamento, definirá:

I – A classificação dos eletropostos por porte, potência, complexidade e impacto local, para fins de enquadramento no rito simplificado;

II – Os documentos mínimos para protocolo, observadas as diretrizes desta Lei;

III – Os prazos preferenciais de análise e decisão, bem como hipóteses objetivas de suspensão por diligência técnica;

IV – O modelo de autodeclaração do interessado, quando cabível, e os mecanismos de controle, auditoria e fiscalização.





# CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 5º Sem prejuízo de outros documentos previstos em regulamento conforme o enquadramento do caso, o processo de licenciamento simplificado poderá exigir, de forma proporcional e adequada ao risco, ao menos:

I - Identificação do interessado e do local de instalação;

II - Comprovação de responsabilidade técnica pelas instalações e obras, quando aplicável;

III - Comprovação de atendimento às normas técnicas e de segurança pertinentes e, quando exigível, documentação relacionada à prevenção e combate a incêndio;

IV - Documento que evidencie a viabilidade técnica de conexão à rede de distribuição, quando a instalação depender de ligação/adequação a ser provida pela distribuidora, sem que isso implique regulação municipal do serviço público de energia;

V - Indicação de medidas de mitigação de impactos urbanísticos e de segurança viária, quando cabível.

§ 1º É vedada a exigência de autenticação cartorial de cópias como condição geral de protocolo, admitindo-se cópia simples, declaração de autenticidade e conferência administrativa, na forma do regulamento.

§ 2º O regulamento poderá prever tramitação eletrônica, comunicação por meio digital e integração com sistemas municipais.

Art. 6º O licenciamento simplificado não dispensa o interessado do atendimento às normas urbanísticas, edilícias, ambientais, de acessibilidade, de posturas e de segurança aplicáveis, nem substitui autorizações e licenças exigidas por outros entes e órgãos competentes, quando cabíveis.





# CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 7º A instalação de eletropostos em bens públicos municipais dependerá, além do licenciamento pertinente, de prévia outorga de uso e do instrumento jurídico adequado, observada a legislação aplicável e, quando exigível, o procedimento de seleção/contratação correspondente, na forma do regulamento.

Art. 8º O regulamento definirá o modelo de ato administrativo municipal apto a formalizar a conclusão do licenciamento simplificado, podendo adotar modalidade única de autorização/licença, com requisitos e condicionantes claros, vedada a criação de obrigações desnecessárias e sem prejuízo da fiscalização posterior.

Art. 9º A fiscalização poderá ser realizada:

- I - Por verificação prévia, quando indicada pela classificação de risco;
- II - Por amostragem, auditoria documental ou vistoria posterior;
- III - Mediante denúncia ou constatação de risco iminente ou irregularidade.

Parágrafo único. O descumprimento das condições do licenciamento sujeitará o infrator às sanções administrativas previstas na legislação municipal, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis.

Art. 10 O regulamento poderá prever a exigência de seguro de responsabilidade civil, graduado por faixas de risco/porte do empreendimento, quando estritamente necessário à proteção de terceiros e à segurança do interesse





# CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

público, vedada a fixação de requisito desproporcional que inviabilize a atividade regular.

Art. 11 A implementação desta Lei será realizada no âmbito das competências e da capacidade operacional dos órgãos municipais responsáveis, preferencialmente mediante reorganização de fluxos e uso de meios eletrônicos, sem criação automática de novas despesas obrigatórias de caráter continuado.

Art. 12 O Poder Executivo regulamentará esta Lei.

Art. 13 As despesas decorrentes desta Lei correrão por verbas orçamentárias próprias.

Art. 14 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

*SS. 12 de fevereiro de 2026.*

**ÍTALO MOREIRA**

**Vereador**





# CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

## Justificativa

A presente propositura legislativa tem por finalidade estabelecer, no âmbito do Município de Sorocaba, diretrizes para a simplificação do licenciamento municipal aplicável à instalação de estações de recarga de veículos elétricos (eletropostos), como instrumento de fomento à mobilidade elétrica, à inovação tecnológica, à sustentabilidade ambiental e à atração de investimentos privados em infraestrutura urbana estratégica.

O avanço da eletromobilidade é tendência consolidada no cenário nacional e internacional. A substituição progressiva de veículos movidos a combustíveis fósseis por veículos elétricos e híbridos plug-in se alinha a compromissos ambientais, à agenda de descarbonização, à melhoria da qualidade do ar e à redução de emissões de gases de efeito estufa, com reflexos diretos na saúde pública e na eficiência do sistema de mobilidade urbana.

Nesse contexto, a existência de infraestrutura adequada de recarga é condição indispensável para a consolidação do mercado de veículos elétricos. A ausência de parâmetros claros — ou a burocratização excessiva — tende a criar barreiras à inovação, desestimular investimentos, elevar custos de implantação e reduzir a competitividade do Município em relação a cidades que já adotam marcos regulatórios mais simples, previsíveis e proporcionais.

A proposta enfrenta esse desafio ao fixar parâmetros objetivos para um licenciamento municipal mais racional, priorizando transparência, segurança jurídica, redução de custos transacionais e foco regulatório no que efetivamente importa: a compatibilidade urbanística e edilícia, a segurança das instalações e a fiscalização orientada a riscos. O ponto é simplificar o caminho administrativo sem diminuir a proteção ao interesse público.

Sob a perspectiva técnica e regulatória, a iniciativa reafirma a necessidade de cumprimento das normas aplicáveis, inclusive normas técnicas pertinentes





# CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

(como a ABNT NBR 17019, voltada a requisitos de instalações para alimentação de veículos elétricos), exigências de segurança e prevenção contra incêndio, além das condições de conexão e operação fixadas pela distribuidora competente. No plano federal, registra-se que a ANEEL editou marco regulatório específico para atividades de recarga (Resolução Normativa nº 819/2018), o que reforça a importância de previsibilidade e padronização para o setor.

Do ponto de vista jurídico-constitucional, o projeto se ancora na competência municipal para ordenar o espaço urbano e disciplinar, no âmbito local, o exercício de atividades e empreendimentos que impactem a cidade, especialmente quanto ao uso do solo, posturas, segurança e mobilidade. Importa destacar que a propositura não pretende regular o serviço público de energia elétrica, nem interferir em tarifas, delegações ou regime setorial: limita-se a estabelecer diretrizes para o licenciamento urbano e edílico, com expressa remissão às normas técnicas e federais aplicáveis.

Sob o aspecto administrativo, o modelo proposto concretiza princípios estruturantes da Administração Pública, como eficiência, razoabilidade e proporcionalidade, privilegiando procedimentos padronizados e meios digitais, com decisões motivadas e mecanismos de controle e fiscalização compatíveis com o risco do empreendimento. Com isso, reduz-se a assimetria de informações, mitiga-se a discricionariedade excessiva e fortalece-se a governança administrativa.

Do ponto de vista econômico, a iniciativa favorece a atração de investimentos privados e estimula a instalação de eletropostos em áreas comerciais e industriais, condomínios, estacionamentos e demais espaços aptos, com impactos positivos sobre a cadeia de serviços técnicos especializados, geração de empregos e valorização urbana. A modernização da infraestrutura de







# CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

recarga posiciona Sorocaba como cidade inovadora, preparada para novas tecnologias e integrada às tendências globais de mobilidade.

Registre-se, por fim, que a simplificação procedimental não se confunde com permissividade. Ao contrário: ao estabelecer diretrizes claras e requisitos proporcionais, desloca-se o foco do Poder Público do excesso de formalidades para a fiscalização qualificada, orientada a resultados, com responsabilização técnica e mecanismos de verificação, preservando a segurança pública e o patrimônio coletivo.

Diante do exposto, a proposta revela-se adequada aos objetivos de desenvolvimento sustentável do Município e à modernização da política urbana e de mobilidade, razão pela qual se submete à apreciação dos nobres Vereadores.

Ida

*Sorocaba, 12 de fevereiro de 2026.*

**ÍTALO MOREIRA**

**VEREADOR**





## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://sorocaba.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3300320031003000370039003A005000

Assinado eletronicamente por **Ítalo Gabriel Moreira** em 12/02/2026 13:13

Checksum: **6116FD84E5C8009B1C836DC03EA46DE2A512DE894ED9B2D4E2B6D9210E4E5F3B**



Autenticar documento em <https://sorocaba.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 3300320031003000370039003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
art. 4º, II da Lei 14.063/2020.